

**JUVENTUDE, ESCOLARIZAÇÃO E PODER LOCAL**

**RELATÓRIO DA PRIMEIRA FASE DA PESQUISA**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM JOÃO**  
**PÉSSOA**

**José Barbosa**

**João Pessoa**  
**Mai de 2005**

## **Município de João Pessoa – PB**

A cidade de João Pessoa foi fundada em 1585, com o nome de Filipéia de Nossa Senhora das Neves. Até 1855, a cidade desenvolveu-se numa colina, à margem direita do Rio Sanhauá, localizada a uma distância considerável da orla marítima, setor que, na atualidade, constitui-se num dos pólos de maior crescimento urbano. É somente depois de 1855 que a cidade, então conhecida com Parayba do Norte, inicia o seu processo de expansão em direção ao litoral e ao sul. Hoje, o município de João Pessoa cobre uma área de 211km<sup>2</sup>, com uma população de 597.934 (2000); composta de 318.458 mulheres, 53,3%; e de 279.476 homens, 46,7%; o que corresponde a uma densidade populacional de 2.936,67 hab/km<sup>2</sup>.

Como indicadores ligados à pobreza, referente ao ano 2002, encontram-se no município:

- uma taxa de mortalidade para crianças de até um ano de idade, de 170 por mil nascidas vivas;
- uma renda mensal domiciliar de R\$ 870,00, para um número médio de pessoas por domicílio, de 3,9;
- uma expressiva desigualdade na distribuição de renda, na qual a renda da população mais rica é 20 vezes maior do que a da população mais pobre;
- uma porcentagem de domicílios sem saneamento básico de 40%.

Dados existentes sugerem que o funcionalismo público (seja federal, estadual ou municipal) e a Educação são importantes fontes de emprego e renda para o município. O orçamento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por exemplo, representa uma contribuição importante para a Economia da cidade. No campo da educação superior privada houve, nos últimos anos, um crescimento expressivo que supera os 50%. A indústria da construção civil se mostra, também, uma atividade econômica importante, embora ofereça mais empregos para trabalhadores do interior do Estado do que da capital. O setor industrial, embora em fase de crescimento, representa pouco mais de 15% do produto bruto da economia local. Houve, sem dúvida, um crescimento na indústria do turismo, mas empresários do ramo reclamam da falta de investimentos públicos em infra-estrutura e da ausência de uma política de desenvolvimento.

Em 2003, ano relativo a esta pesquisa, em termos da política local, o prefeito da cidade era Cícero Lucena Filho, do PSDB, que se encontrava no final do seu segundo mandato, numa coligação com o PTB. Era do mesmo partido que o atual Governador,

Cássio Cunha Lima, após um período em que o Governador anterior do PMDB e o prefeito eram opositores. A feição dos partidos políticos locais tem mais a ver com diferenças entre grupos de interesse local do que com questões ideológicas. Cícero Lucena já havia sido dos quadros do PMDB e, inclusive, serviu como Ministro de Desenvolvimento Regional no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, indicado pelo PMDB. O ex-prefeito é, originalmente, do ramo da indústria da construção (ele chegou a ser presidente do SINDUSCON na década de 80) e duas das secretarias estratégicas do Secretariado, Finanças e Planejamento, eram ocupadas por empresários de sua confiança da construção civil.

A escolha do Secretário de Educação foi estratégica. O Prefeito nomeou o ex-Reitor da UFPB, professor Neroaldo Pontes de Azevedo, que ocupou o cargo de 1996 a 2002, assumindo, em seguida, a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. Durante este período, houve, sem dúvida, uma melhoria quantitativa e qualitativa no sistema municipal de Educação, o que contribuiu para instituir um novo perfil público da Secretaria de Educação. Dentro do organograma da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC), já existiam, antes de 1996, Coordenadorias de Educação de Jovens e Adultos e de Centros da Juventude, ambas, ligadas diretamente ao Gabinete da Secretaria. No período em estudo, o investimento no campo da EJA foi bem superior ao investimento feito na Coordenação de Juventude, embora reconhecendo que as políticas municipais de EJA fossem direcionadas a pessoas adultas e jovens.

Até 2003, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais no Município, de 12,3%, era bem inferior a mesma taxa para o Estado como um todo. Em consonância com a estatística nacional, a taxa de analfabetismo feminina era ligeiramente mais baixa que a masculina, 12,1 para 12,6%. E, como é de se imaginar, a taxa para a população mais pobre (até um salário mínimo), de 27,3%, é mais de dez vezes superior à taxa para a população mais rica (mais de 10 SM), de 2,5%. Quando incluirmos os jovens e os adultos, com menos de quatro anos de estudo, a taxa de analfabetismo funcional sobe para 22,8% da população, ou seja, 98.439 pessoas. Existe uma forte correlação entre faixa etária e taxas de analfabetismo e analfabetismo funcional em que a porcentagem sobe com a faixa etária: a taxa para a faixa de 10-14 anos, por exemplo, é de 6,0% enquanto a da faixa de 60 anos e mais é 29%. Com respeito à relação entre faixa etária e matrícula nos 1º e 2º segmentos de ensino fundamental e ensino médio, há uma predominância de matrículas na faixa de 18-24 anos de idade.

Segundo os dados do FNDE (2002), João Pessoa possui um total de 88 escolas municipais que, em 2002, ofereceram um total de 384 turmas de EJA. De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Educação (SEC/PB), no ano de 2002, havia 313 jovens e adultos matriculados em classes de alfabetização; e em 2003, esse número passou para 410. Outros estudos<sup>1</sup> revelam um número muito mais elevado, de 2.076. Mesmo levando em conta, que a alfabetização continua sendo um campo onde há uma forte presença de diversos setores não governamentais, tais como igreja, associações de moradores, sindicatos, entre outros, as disparidades encontradas indicam que a confiabilidade, a gestão e o acesso aos dados continuam sendo precários e que nem todas as atividades constam nas estatísticas oficiais.

No Ensino Fundamental, constam nas estatísticas da SEC/PB, para o ano 2002, um total (1ª a 8ª série) de 10.683 matrículas; e para o ano 2003, um número de 17.783. O que representa um aumento de 66% em um só ano. Outras pesquisas apresentam discordâncias, com relação aos números apresentados neste parágrafo.

Tudo aponta o Município de João Pessoa como mais um exemplo da nítida correlação entre idade e anos de escolaridade e, também, da relação entre o baixo nível de escolaridade e o baixo nível de renda. A diminuição dos índices de analfabetismo e a ampliação do grau de escolarização, notada como tendência entre os setores menos favorecidos da população, tem sido fortalecida pelas políticas que visaram à universalização do ensino fundamental (Educação para Todos) e, destarte, garantiram a todas as gerações o acesso à escolarização e a um ensino de melhor qualidade. Não obstante, ainda fica a evidência de que embora a educação seja um instrumento importante na luta para a redução de pobreza, a política, nesta direção, para ser efetiva, requer a implantação de estratégias que estimulem a geração de renda, reduzam a vulnerabilidade das pessoas à violência e a desastres, fortaleçam sua capacidade de articular seus interesses e incentivem a criação de emprego e a instalação de infraestrutura básica<sup>2</sup>.

### **Educação de Jovens e Adultos**

---

<sup>1</sup> Timothy D. Ireland & Dietmar K. Pfeiffer, et al. (2001), Um mapeamento da oferta de práticas de Educação de Jovens e Adultos no Município de João Pessoa-PB. UFPB/PPGE/CE: João Pessoa.

<sup>2</sup> Dietmar K. Pfeiffer & Timothy D. Ireland (2003), Indicadores sociais e segregação espacial em João Pessoa. **Fênix**: Revista Pernambucana de Educação Popular e de Educação de Adultos. Jan/jul. Recife: NUPEP, 2003.

## **1. Descrição dos projetos de Educação de Jovens e Adultos analisados no Município:**

- Escola É Pra Gente Grande (P1)  
Nível: alfabetização  
Entidade responsável: SEC/PB / SEDEC/ CEJA  
Coordenador/a: Verônica Pessoa da Silva  
Duração: 03/03-em execução
- Ensino Fundamental Regular Noturno – Jovens e Adultos Lendo e Escrevendo (P2)  
Nível: 1º e 2º segmento do Ensino Fundamental  
Entidade responsável: SEDEC / CEJA  
Coordenador/a: Verônica Pessoa da Silva  
Duração: 03/97- em execução
- Programa do Trabalho à Escola (P3)  
Nível: alfabetização  
Entidade responsável: SEDEC / CEJA  
Coordenador/a: Cláudia Costa Duarte  
Duração: 05/97-01/02 (encerrado)
- Programa de Alfabetização do Servidor – PAS (P4)  
Nível: alfabetização  
Entidade responsável: SEDEC / CEJA  
Coordenador/a: Verônica Pessoa da Silva  
Duração: 11/02-em execução
- Educação de Jovens e Adultos: ampliando as oportunidades no ensino médio (P5)  
Nível: Ensino Médio  
Entidade responsável: SEDEC / CEJA  
Coordenador/a: Verônica Pessoa da Silva  
Duração: 10/02-em execução
- Projeto de qualificação profissional para a comunidade “Sonho Meu” (P6)

Nível: 1º segmento do Ensino Fundamental e cursos profissionalizantes

Entidade responsável: SEDEC/CEJA

Coordenador/a: Verônica Pessoa da Silva

Duração: 08/02-07/03 (encerrado)

## **2. Elaboração e parcerias**

### **2.1 Elaboração dos programas**

Os programas foram concebidos pela equipe da SEDEC / CEJA. Foram convidadas a participar da elaboração final destes, entidades governamentais e privadas. O CEFET/PB e a UFPB participaram na elaboração de dois, dos seis programas apresentados. Em alguns projetos houve, também, a participação de universidades privadas (UNIPÊ), de fundações (FUNETEC) e de entidades do Governo Estadual. O que revela vínculos dos programas com o entorno local e o aproveitamento das experiências e conhecimentos disponíveis no campo da EJA.

Aprovação por parte do Conselho Estadual de Educação (CEE) e/ou Conselho Municipal de Educação (CME) existiu somente para dois programas (P2, P3); por motivos não explicitados, os outros não foram submetidos ao processo.

### **2.2 Parcerias**

Para todos os programas realizou-se, além da assessoria técnica na elaboração, parcerias, com uma ou mais entidades, em forma de **apoio material**, predominantemente através **de cessão de espaço físico** (P1, P3, P4, P5). Em alguns dos casos, as entidades parceiras contribuíram com **recursos humanos** (P2, P5, P6) e até com **recursos financeiros** (P5) ou com **material didático** (P6). Somente em um dos projetos (P3) foi constatada uma parceria com o setor privado (indústria, comércio), através de empresas preocupadas com o nível de qualificação profissional dos seus empregados. Obviamente, a cooperação entre os setores é, ainda, muito limitada; é visível o quanto se precisa avançar em torno de Parceria Público-Privado (PPP). Os fatores que possam esclarecer esta limitação precisam de um estudo mais detalhado e aprofundado.

### 3. Recursos materiais e humanos

#### 3.1 Recursos Humanos

A equipe técnico-pedagógica que sustenta o trabalho da Secretaria de Educação, na Coordenadoria de EJA, tanto de caráter administrativo, quanto pedagógico, está organizada da seguinte forma:

- uma Coordenação Geral (responsável por todo os programas e ações da EJA);
- cinco Coordenadoras Pedagógicas, responsáveis pelos programas específicos, sobretudo no que se refere ao Programa do Trabalho à Escola, Ensino Fundamental Noturno, Programa de Alfabetização do Servidor Municipal, Ampliando as Oportunidades Educacionais no Ensino Médio;
- quatro Coordenadoras Pedagógicas responsáveis pelo Programa de Alfabetização intitulado Escola É Pra Gente Grande.

A equipe responsável pelo trabalho possui, como marca principal, **a experiência e o envolvimento** com a EJA, adquiridos tanto em espaços formais de ensino, como o da docência nas salas da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino, quanto em experiências não formalizadas, como a de professores que, embora não integrem o quadro permanente da Rede Municipal, ou que tenham tido nele atuação de caráter temporário, possuem experiências em sala de aula da EJA ou em Coordenações Pedagógicas de projetos alternativos de EJA, desenvolvidas nos mais diferentes espaços: ONG, Movimento Social, Entidade Sindical e rede privada.

A equipe possui, também, Formação Superior ligada à área de EJA. São, ao todo, 10 pessoas, das quais: uma possui Curso de Mestrado em EJA; duas possuem Especialização; e, cinco são graduadas em Pedagogia.

No que se refere à questão numérica, constata-se, em todos os programas e projetos, o número reduzido de profissionais que atuam enquanto equipe de coordenação. Isto, se considerado o volumoso número de turmas, as demandas e as exigências cotidianas deste setor. Outro destaque é o de que, além da equipe diretamente vinculada à Rede, houve a efetivação de parcerias e a busca de assessorias externas, o que evidencia preocupação com a melhoria da qualidade do trabalho da equipe e com o estabelecimento das condições necessárias à obtenção das metas e

atendimento a todas as escolas e projetos ligados à EJA no município. O estudo presente não procurou informações sobre o perfil dos professores de EJA, nem sobre sua formação profissional. Também, não há dados que possam ilustrar o tipo de relação estabelecida na docência entre professor e aluno.

### **3.2 Recursos Financeiros**

A dotação orçamentária que custeia as ações da EJA reúne recursos próprios da Prefeitura e de Convênios com o Ministério da Educação. Na coleta de dados, foi possível identificar certa clareza quanto ao uso dos recursos destinados pelo MEC. Em contrapartida, registrou-se limites nas informações no tocante aos recursos próprios da Prefeitura. A falta de informações mais precisas, neste item, não tornou possível evidenciar o investimento feito na EJA, em relação ao montante de recursos, e o que este representa frente aos gastos da Prefeitura como um todo. A falta de dados disponíveis, no âmbito orçamentário, dificulta uma avaliação completa das atividades de EJA.

Do que foi verificado, os gastos com EJA concentram-se, basicamente, em: pagamento de folha; compra de material e de livro didático para os alunos; pagamento de ministrante responsável pela formação dos professores; lanche para a formação; vale transporte e xerox de material. Há gastos, não computados financeiramente, nas planilhas formalmente apresentadas, mas que representam um investimento na política de EJA. Insere-se neste exemplo: a distribuição de fardamento e o fornecimento de transporte para a locomoção dos alunos para participarem em programas culturais, realizados fora do espaço físico da escola.

A questão dos recursos financeiros se constitui, até o presente, em um dos aspectos que precisam ser melhor elucidados. Ainda, é visível o fato de que há uma centralização do uso dos recursos pela Secretaria de Finanças, sem que haja, muitas vezes, transparência ou mesmo um conhecimento mais efetivo do montante, por parte dos que planejam as ações e a sua execução.

## **4. Público destinatário, objetivos e resultados dos projetos**

### **4.1 Público destinatário**

Devido à heterogeneidade dos tipos de programas, o número de pessoas atingidas e as características gerais do público destinatário variaram consideravelmente, quantitativamente e qualitativamente. Como característica comum, encontrou-se, em todos os projetos, a presença de uma grande diversidade de faixa etária dos participantes, atendia-se a pessoas de 15 a 50 anos ou mais. Não ficou esclarecido como, em sala de aula, se atuava com essa diversidade etária. Referente a outras características, o público destinatário variou de acordo com o tipo de programa. Em termos de grupos alvos, se podem distinguir:

- referente à abrangência do grupo alvo: J&A em geral (P1, P2, P5); J&A de um determinado conjunto residencial (P6); e, J&A trabalhadores e servidores (P3, P4);
- referente ao tamanho do grupo alvo: pequenos grupos, com até 50 participantes (P4, P5, P6); médios grupos, com até 500 participantes (P3); e grande grupos, com até 20.000 participantes (P1, P2);
- referente ao nível educacional inicial do grupo alvo: analfabetos (P1, P3, P4, P6); pessoas sem Ensino Fundamental completo (P2, P6); pessoas sem Ensino Médio completo (P5).

Em resumo, se identificam dois eixos: grandes projetos de alfabetização e de Ensino Fundamental, destinado a todas as camadas populacionais do município (dois projetos); e projetos mais restritos, destinados a grupos específicos de comunidades (quatro projetos). Como se pode observar, predominam projetos de alfabetização e Ensino Fundamental, reflexo do baixo índice de escolaridade que ainda marca o município.

## **4.2 Objetivos**

O objetivo geral de todos os projetos consistiu em ampliar as oportunidades educacionais; expandir o atendimento à EJA; aumentar o nível educacional dos participantes, considerando seu nível inicial; e, dar continuidade ao processo de escolarização, facilitando, desta forma, melhor inserção do jovem e do adulto nas atuais demandas da sociedade e do mundo trabalho. Além destes objetivos, considerados gerais, outros, de natureza específica, foram mencionados, através dos quais se pretendia introduzir elementos pedagógicos inovadores, tais como:

- esboçar as possibilidades de aproveitar sinergias no processo de alfabetização, através da cooperação entre diferentes entidades públicas (Prefeitura, IES) e da sociedade civil (P1);
- estabelecer bases teórico-metodológicas para um atendimento melhor à clientela da EJA (P2);
- vincular a educação formal com o mundo de trabalho (P2, P6);
- formar professores para atuar em turmas de alfabetização (P3);
- analisar as competências que o alunado adquiriu no Ensino Fundamental (P5).

### 4.3 Resultados

Observa-se que, na maioria dos casos, a formulação dos objetivos de caráter não puramente quantitativo carece de uma operacionalização no sentido de uma definição clara de metas e de indicadores observáveis que permitam avaliar os resultados alcançados pelos projetos. Apesar desta restrição, as informações permitem verificar os bons resultados, a seguir:

- mobilização da sociedade para a questão da EJA, especificamente da alfabetização (P1);
- aumento da matrícula no Ensino Fundamental Noturno, de 11% e, redução do índice de evasão em 20%, no lapso de um ano (P2, P3);
- garantia da continuidade do processo de escolarização (P3, P4);
- desencadeamento de práticas reflexivas em sala de aula (P3);
- flexibilização do acesso de alunos das escolas públicas ao Ensino Médio (P5);
- inserção dos alunos ao mercado de trabalho e geração de renda, por meio da venda de produtos produzidos no curso (P6).

Em resumo, pode-se afirmar que todos os projetos apresentaram, no âmbito quantitativo (número de alunos incluídos, taxas de permanência, número de escolas que oferecem ensino noturno), **resultados muito positivos**. Entretanto, não há dados que permitam vislumbrar o grau de obtenção dos objetivos não quantificáveis (p.ex. estabelecer bases teórico-metodológicas adequadas), devido à falta de uma formulação operacional destes objetivos e à falta de informações exatas nesta direção.

## 5. Materiais didáticos

Como materiais didáticos mais utilizados pelos projetos, podemos destacar os **livros** didáticos do MEC, além de revistas, jornais e vídeos (P1, P2, P3, P4, P5) e, no caso do projeto (P5), os livros e apostilas adotados pelo CEFET/PB. Um caso específico representa o (P6) que usou materiais, exclusivamente, feitos para o projeto, elaborados pela equipe técnica da EJA, em conjunto com professores e instrutores e pela FUNETEC. Observa-se, também, que dois projetos (P2 e P5) dispunham de bibliotecas e de laboratórios de informática, respectivamente. Tais recursos, por suposto, proporcionam um apoio, a mais, para os processos de aprendizagem dos alunos.

Outros suportes didáticos importantes utilizados com o objetivo de contribuir para a formação sociocultural dos alunos foram as atividades extra-escolares, proporcionadas pela programação de ações, tais como: idas ao cinema, ao teatro, ao planetário, a concertos musicais, visitas ao Centro Histórico, ao Parque da Bica, à Biblioteca Pública, realização da semana cultural e do Projeto Cinema na Escola. A promoção de atividades deste tipo é de grande importância social e pedagógica na EJA e se converte num dado positivo para todos os projetos envolvidos nessas experiências.

## 6. Estrutura dos cursos

Quanto à estrutura, todos os projetos se caracterizam por um modelo **exclusivamente presencial**. A organização curricular e a duração dos projetos dependeram, basicamente, do seu grau de formalidade. Os programas de Ensino Regular Fundamental e o de Ensino Médio (P2, P5) foram organizados de acordo com a legislação vigente, em **séries, com duração de 07 a 12 meses**. Informações sobre o tempo médio que os alunos permanecem nestes programas não foram disponibilizadas.

Os programas específicos de alfabetização e de ensino profissionalizante, que não fazem parte do sistema formal do ensino público, foram organizados em **etapas ou ciclos**, com uma duração média de **6 meses** (P1, P3, P4, P6).

É importante destacar a adequação do horário de alguns Programas (P1, P3 e P6) às necessidades dos alunos, no turno diurno, como uma medida eficaz para elevação dos índices de frequência e de continuidade, sobretudo na passagem da alfabetização para as demais etapas do Ensino Fundamental.

Em todos os programas, realizou-se uma **avaliação dos educandos**, seja de modo formal, através de um controle de frequência e de provas (P1, P2, P5, P6), seja através da realização de trabalhos, da análise do comportamento do aluno em sala de aula ou da auto-avaliação (P3, P4). A avaliação, em geral, acompanha o processo de aprendizagem do aluno e, no caso do curso profissionalizante (P6), conta com o aval de instrutores externos. Em todos os casos, os alunos recebem na conclusão do curso **uma certificação**.

## **7. Acompanhamento e avaliação**

Em todos os projetos acontecem formas diferenciadas de avaliação. Entretanto, alguns apresentam características semelhantes:

- aplicação de questionários aos educandos durante a execução (P1);
- encontros de planejamento e efetivação de relatórios semanais, durante a execução e ao final do programa (P1, P4);
- acompanhamento contínuo, ao longo do processo, pela equipe técnica da SEDEC/CEJA (P2);
- seminário interno, durante ou ao final do programa (P3, P4, P5);
- visitas regulares às salas de aulas, durante a execução (P3, P4, P6);
- avaliação institucional pela equipe da SEDEC e CEFET/PB, em reunião anual (P5).

Como se pode constatar, as formas mais frequentes de acompanhamento e de avaliação são os seminários internos e as visitas às salas de aula.

Uma documentação por escrito dos resultados deste acompanhamento e avaliação seria de valia, por motivos diversos. Não obstante, tal documentação das experiências existe, em forma de relatório, apenas para metade dos projetos (P2, P4, P5).

Seria igualmente importante ampliar as formas de acompanhamento e de avaliação, fazendo uso de dados de caráter mais quantitativos, com gráficos e tabelas, através dos quais se pudesse observar o alcance das metas previstas, facilitando a visualização de estatísticas educacionais.

A pouca inserção dos alunos, quer seja no âmbito da formulação, do planejamento, quer nas etapas do acompanhamento e na avaliação dos programas, é uma marca que precisa ser superada.

## **8. Disseminação**

Importante também seria uma disseminação das experiências existentes, visando contribuir com futuros programas. As formas mais avançadas, neste sentido, se encontram nos programas P2 e P5, os quais divulgaram seus feitos através de **Website** e/ou **revista** da própria SEDEC e por meios modernos, de médio alcance, como por exemplo, o vídeo. Os registros foram elaborados numa parceria de equipe contratada para esse fim, equipe técnica da SEDEC/CEJA e professores dos programas.

Nos outros programas (P1, P3, P4) a disseminação aconteceu através do **folder** e dos **relatórios** das entidades, os professores e a equipe técnica participaram na elaboração desse material de divulgação. No P1 e P2 a disseminação se deu através de folder, de vídeos e relatórios, contando com a atuação dos professores. Somente no P6 não existiu nenhum instrumento de sistematização e disseminação do projeto.

## **Considerações finais**

Os dados contidos no presente estudo apresentam informações sobre as ações desenvolvidas no campo da EJA pelo poder público do município de João Pessoa, de 1997 a 2003. Trazem, sobretudo, revelações de natureza quantitativa, mas que abrem portas para uma interpretação de base qualitativa.

Para melhor situar a relevância desse estudo, vale lembrar que os anos de 1990 demarcam um período em que o Governo Federal brasileiro decide não investir na Educação de Jovens e Adultos. Logo no início da década, em 1991, o MEC formaliza sua intenção de se dedicar à Educação de Crianças, deixando a Educação de Jovens e Adultos relegada ao esquecimento. E, em fins de 1996, se registra o “Veto” do Presidente da República, impedindo a contagem das matrículas em Educação de Jovens e Adultos para efeito dos cálculos do FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), desestimulando Estados e Municípios a atuarem nessa modalidade de ensino. O que significou restrições à EJA, a partir de 1997.

Em meio a essa conjuntura, em sentido contrário à tendência de abandono à EJA, o que seria normal ante a direção traçada pelo Governo Federal, verifica-se, na esfera do Poder Público do município de João Pessoa, a intensificação de projetos de escolarização de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar na idade considerada “certa”.

A política de abandono da EJA, ao longo da década de 1990, trazia sintonia à crescente lógica neoliberal no Brasil, firmada na concepção mercadológica, cuja noção de desenvolvimento se atrela à produção e ao consumo. Sendo a EJA uma modalidade de escolarização que atende aos grupos economicamente mais pobres da sociedade, em tempos de política de ajuste fiscal que exige redução de gastos e, perante a postura neoliberal que seduzia os patronos da política nacional à privatização e a tornar tudo, inclusive, a Educação, em negócio, a EJA deixava de compor o rol de prioridades do País.

À revelia desta corrente, diversos grupos de educadores, que trazem uma história ligada à construção da Educação de Jovens e Adultos no País, seguiram exigindo do Governo Federal que a EJA fosse considerada instância do Ensino Fundamental. A reivindicação se fazia amparada em parâmetros inclusive, legais. De acordo com a Lei 9.394/96, o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito, assegurado, inclusive, para os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Por essa lei, fica garantida não apenas a gratuidade, mas a negação da oferta, sob qualquer pretexto, é passível de ser considerada crime de responsabilidade (Art.5º).

A ampliação do direito ao Ensino Fundamental para todas as pessoas, e em qualquer época da vida, é um feito que traz sintonia a acordos e debates internacionais que contrariam o sentido mercadológico do desenvolvimento, presente na lógica neoliberal e é, simultaneamente, uma iniciativa que recoloca o ser humano como eixo central do conceito de desenvolvimento. Como ações importantes que contribuíram para que a Educação de Jovens e Adultos reassumisse importância na Política Brasileira vale destacar a Conferência “Educação para Todos”, realizada no ano de 1990, em Jontiem; a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia), realizada em Hamburgo, no ano de 1997; e os Fóruns estaduais e regionais de EJA que passaram a acontecer no Brasil.

Ao que tudo indica, a ampliação das ações de EJA no âmbito do Governo Municipal de João Pessoa está ligada a dois fatores: (a) ao cumprimento do que a Lei

9.394/96 determina; (b) a ações de educadores que se empenharam em redirecionar os rumos das políticas públicas, trazendo favorecimentos à EJA.

Em confirmação a isso, no caso específico de João Pessoa, basta se verificar a composição das pessoas que assumiram a direção da Secretaria de Educação e Cultura do Município e o perfil das pessoas que prestaram assessorias, tanto políticas quanto pedagógicas. De modo geral, são pessoas engajadas aos Fóruns Estaduais de EJA, instância que, historicamente, influenciou na política de priorização da EJA, seguindo, inclusive, ao Parecer CEB 11/2000, emitido por Jamil Cury, que advoga para os jovens e adultos uma escola que seja ao mesmo tempo reparadora, equitativa e qualificadora.

O crescimento das ações de EJA no município de João Pessoa, quando a Política Federal parecia não favorecer, são evidentes. De acordo com as informações obtidas, de 1997 a 2003, foram criados seis projetos. Para a tarefa de coordenar e zelar pelo bom andamento das ações constituiu-se uma equipe composta de pessoas graduadas e pós-graduadas em Educação. Esses dados, por si só, revelam que a Educação de Jovens e Adultos assumiu importância no âmbito da administração municipal de João Pessoa, durante o período aqui referido.

Os dados afirmam, também, que dos seis programas, cinco estiveram sob a coordenação geral de uma mesma pessoa. Para os diversos programas, para além da coordenação, sempre houve outras pessoas envolvidas, dividindo atribuições. A coordenação dos programas, centrada numa mesma pessoa, pode ser um indicativo da existência de uma linha de atuação comum entre os diversos programas, tanto em termos políticos quanto pedagógicos.

A concentração numa pessoa da coordenação das diversas ações de EJA no Município pode ser encarada, também, sob determinado ponto de vista, como uma sobrecarga ou como atitude centralizadora. Mas, de outra ótica, pode ser assumida como vantagem, uma vez que, com o domínio das ações e conhecimento do percurso de cada programa, fica facilitado o estabelecimento de estratégias que favoreçam uma interação entre a missão de um projeto e outro; contribui, também, para que se evite paralelismos e disparates de metas. Os objetivos estabelecidos para os diversos programas revelam que, em alguns casos, um assumia papel complementar do outro.

Dois dos programas analisados não mais existem. Foram concebidos como iniciativa de duração datada e para atender a propósitos específicos. Um deles, (P6) se destinava a ocupar o espaço ocioso de uma escola recém-construída, até que ela fosse entregue oficialmente. Esta medida permitiu, também, se avançar na direção entre EJA

e trabalho, uma experiência que, enquanto durou, transformou um desejo teórico em realidade. E o outro, (P3) visava iniciar pessoas que não sabiam ler, engajadas no mercado de trabalho, no processo de alfabetização. Observou-se que, de certa maneira e, sob certos aspectos, os programas que permaneceram ativos no município (P1; P2; P4), à época, deram continuidade ao trabalho dos programas extintos.

De um modo geral, os dados denotam ter havido esforços para garantir aos jovens e adultos o acesso à escola e à continuidade dos estudos. Tudo isto é muito positivo, embora haja pontos nos quais a atuação do município precisasse avançar.

Do ponto de vista qualitativo, se fazia urgente mudar a lógica que permeia a forma de administração dos recursos financeiros; ela não permite transparência das receitas e das despesas, nem favorece ao conhecimento dos critérios adotados para gastos e, menos ainda, o quanto proporcionalmente é gasto nas diversas ações da esfera pública. A questão financeira é ainda um assunto tabu, sobre o qual ainda é muito difícil obter-se informações. O dinheiro público é tratado como se fosse um bem privado, de interesse apenas de quem o administra.

Uma outra revelação dos dados foi a de que o estabelecimento de parcerias é ainda, uma prática acanhada, mesmo quando estas são estabelecidas com grupos que se querem esclarecidos, sejam igrejas, empresas, ONGs, universidades ou órgãos públicos. Na maioria das vezes, a parceria se reduz à concessão do espaço físico para a realização de aulas, quando se poderia estabelecer, a título de parceria, uma presença mais efetiva dos parceiros, tanto na discussão relacionada a conteúdos quanto no próprio fornecimento de materiais didáticos e financiamentos outros, necessários ao bom andamento das atividades.

Ainda como dado, constata-se a quase ausência da participação do público destinatário na definição de conteúdos, calendários, horários, formas de avaliação, formatação dos cursos, discussão sobre metodologias ou outros aspectos que envolvam a EJA. A participação dos educandos é limitada à presença dos representantes de turma em algumas atividades, revelando a noção ainda conservadora do estilo clássico centralizador, no qual uma equipe de técnicos delibera o currículo e sua configuração, cabendo aos destinatários enquadrar-se a esses.

Por fim, vale atestar que o estudo em pauta, mesmo apresentado como uma pesquisa que tem no foco “juventude, escolarização e poder local”, tem, até o momento, aflorado informações que dizem mais do tratamento dedicado à EJA pelo poder público do que revelações sobre a juventude em suas demandas específicas. Um indício de que

este estudo precisa de continuidade, a fim de trazer à tona os aspectos que ainda não foram suficientemente esclarecidos.

## **1. Considerações sobre o orçamento**

O orçamento inicial, proposto para a FAPESP, previa a realização de três seminários nacionais, considerados essenciais, para o desenvolvimento da pesquisa. Os recursos aprovados não cobriram as despesas com o último seminário. Cumprimos, até agora, rigorosamente o plano inicial, mas os custos com os auxiliares de pesquisas nas regiões vão esgotar, praticamente, a rubrica de serviços de terceiros. Utilizamos a reserva técnica do pesquisador para financiar os custos do último seminário. Junto ao CNPq obtivemos, agora em 2005, recursos complementares que permitirão a transformação do banco de dados com interface para a Internet, conforme proposta inicial do projeto. Por essas razões, não consideramos necessário pedido de complementação de recursos para o último ano do projeto.

## **2. Cronograma**

### **2005**

<b>Maio</b>	Encerramento da segunda etapa do estudo de caso
<b>Maio e Junho</b>	Redação da primeira versão do estudo de caso
<b>Julho e Agosto</b>	Circulação pela rede nacional dos textos produzidos para leitura e comentários
<b>Fins de Agosto</b>	Terceiro seminário nacional
<b>Setembro a Novembro</b>	Término da redação dos estudos de caso
<b>Dezembro de 2005 a fevereiro de 2006</b>	Redação do relatório científico final